



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL - DCJ/CGCI/DIREX/PF

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº/2019.

(Processo Administrativo SEI nº 08200.011730/2017-48)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviço profissional especializado continuado, não juramentado, de versão e tradução de textos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, do idioma português para os idiomas espanhol e alemão e dos citados idiomas para o português, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Lote 01 - Serviço de tradução e versão de textos de interesse policial e jurídico no idioma ESPANHOL:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável
1	Versão de textos do PORTUGUÊS para o ESPANHOL	Lauda	1.250	R\$ 28,50
2	Tradução livre de textos do ESPANHOL para o PORTUGUÊS	Lauda	1.250	R\$ 28,50

Lote 02 - Serviço de tradução e versão de textos de interesse policial e jurídico no idioma ALEMÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável
3	Versão de textos do PORTUGUÊS para o ALEMÃO	Lauda	100	R\$ 18,00
4	Tradução livre de textos do ALEMÃO para o PORTUGUÊS	Lauda	50	R\$ 18,00

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço profissional especializado, não juramentado, de versão e tradução de textos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, do idioma português para os idiomas espanhol e alemão e dos citados idiomas para o português.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens, combinados em lotes, são os discriminados nas tabelas acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário (lotes de serviços por idioma).

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

2.2. O combate aos ilícitos transnacionais impõe à Polícia Federal a troca de informações jurídicas e policiais e contato constante com organizações e representantes de diversos países.

2.3. Para estabelecer estas relações há a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCI/DIREX/PF), com atribuição de manter contatos com autoridades estrangeiras, analisar acordos e tratados internacionais, coordenar os pedidos de cooperação policial e jurídica internacional, ativos e passivos (art. 4º da IN 116/2017 - DG/PF), representar a Polícia Federal em eventos internacionais, além de articular a escolta e entrega de presos, nas hipóteses de extradição e transferência voluntária de pessoas condenadas.

2.4. Vale ressaltar que a atuação da Polícia Federal presencialmente no âmbito internacional cresceu, com a abertura de diversas adidâncias e escritórios de ligação, impondo a da tradução dos documentos vinculados a essas representações.

2.5. Destaque-se, quanto à cooperação policial internacional, que as funções de Escritório Central Nacional da INTERPOL (Organização Internacional de Polícia Criminal – OIPC/INTERPOL) são exercidas pela Polícia Federal no Brasil, devendo estar apta a receber e enviar documentos nos 04 (quatro) idiomas oficiais (Árabe, inglês, francês e espanhol).

2.6. Portanto, as ações desenvolvidas pela CGCI/DIREX/PF implicam a produção e tramitação de documentos em idiomas estrangeiros quotidianamente, centralizando a versão daqueles encaminhados às autoridades estrangeiras para a língua oficial do país ao qual o documento se destina, bem como a tradução, para o português, das respostas das autoridades estrangeiras, estando, no âmbito do órgão central, incumbida de contratar tais serviços conforme art. 10 da IN 116/2017 - DG/PF.

2.7. A contratação de empresa especializada se justifica por não haver, no quadro funcional da PF, servidores com tal especialidade funcional (tradução e versão) ou mesmo efetivo disponível para exercê-la com a precisão e a celeridade exigidas, sem prejuízo da atividade fim do órgão.

2.8. O objetivo deste termo de referência é contratar empresa(s) para a prestação de serviço profissional especializado continuado, não juramentado, de versão e tradução de textos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, do idioma português para os idiomas espanhol e alemão e dos citados idiomas para o português.

2.9. O resultado direto será o de viabilizar o trabalho da Polícia Federal no contexto acima descrito (itens 2.2 a 2.5) de cooperação internacional ampla com agilidade, precisão e confiabilidade.

2.10. A contratação por meio de lotes de serviços (1 e 2) por idioma faz-se necessária por interesse estritamente técnico; os textos a traduzir são de conteúdo jurídicos e policiais não sendo possível que um texto (solicitação internacional) seja traduzido por um fornecedor, após tramite perante órgãos judiciais e policiais brasileiros, e a resposta seja versada para o idioma de destino por outro fornecedor, sob pena de haver desfiguração do conteúdo entre os comunicados que são, em sua maioria, utilizados para restringir direitos, persecução criminal e investigações policiais, não se admitindo ambiguidade ou dubiedade, portanto.

2.11. A opção para contratação por meio de lotes por idioma permitirá competitividade ao mesmo tempo preservando o conteúdo dos textos técnicos, pois mantém dentro dos lotes os serviços de tradução e versão.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviço profissional especializado continuado, não juramentado, de versão e tradução de textos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, do idioma português para os idiomas espanhol e alemão e dos citados idiomas para o português para fazer face à demanda da Polícia Federal de tradução de documentos enviados e recebidos em idiomas estrangeiros no âmbito da cooperação internacional.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação consubstanciam-se na capacidade para realizar tradução e versão nas condições propostas viabilizando serviço permanente da Administração previsto no art. 10 da IN 116/2017 - DG/PF, além da necessidade decorrente das atribuições específicas da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCI/DIREX), que devido sua competência de atuação, transaciona com diversos organismos internacionais e órgãos de natureza policial e de fiscalização.
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR no item 12.

6. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

- 6.1. Não há previsão de realização de vistoria considerando que o serviço será prestado à distância através de apresentação de demandas e atendimento destas através de correio eletrônico.

7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.1. Durante a vigência do contrato a CONTRATADA deverá realizar a tradução de documentos redigidos nos idiomas mencionados nos itens 2 e 4 para o idioma português, assim como a versão do português para os idiomas mencionados nos itens 1 e 3 das tabelas constante do item 1.1 do presente termo.
- 7.1.2. É de responsabilidade da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional-CGCI/DIREX o encaminhamento da respectiva Ordem de Serviço, conforme modelo (Anexo I).
- 7.1.3. As solicitações e os serviços executados serão encaminhados por meio do correio eletrônico, no endereço traducao.cgci@dpf.gov.br, sendo obrigatória a confirmação de recebimento.
- 7.1.4. Havendo falhas nas comunicações eletrônicas, ou sendo excepcionalmente solicitado pela CGCI/DIREX, os serviços poderão ser apresentados em mídia óptica, sempre encaminhados em envelope lacrado, recaindo sobre a CONTRATADA a obrigação de retirada e devolução do serviço, no endereço indicado pela CONTRATANTE.
- 7.1.5. A utilização de meios digitais para a transmissão dos trabalhos visa a economia de papéis, com a redução de impacto ao meio-ambiente, mostrando-se como opção que atende a critérios ambientais.
- 7.1.6. Para efeito de contagem de prazo, considerar-se-ão como encaminhados na data os pedidos e serviços de tradução enviados até às 18 horas. Aqueles encaminhados posteriormente serão considerados como tendo sido encaminhados no primeiro dia útil subsequente.
- 7.1.7. Os serviços serão devidos por laudas, considerando-se a lauda, para fins desta contratação, aquela com até 1.000 (um mil) caracteres contados eletronicamente pelo processador de texto Microsoft Word, não se incluindo os espaços.
- 7.1.8. Nos casos em que o trabalho não atinja uma lauda completa, o pagamento será efetuado proporcionalmente ao número de caracteres do serviço realizado.
- 7.1.9. Será caracterizado regime normal quando for solicitada a entrega do material traduzido na quantidade de até 15 (quinze) laudas por dia útil.
- 7.1.10. Para efeito de contagem do prazo de entrega, será considerado o número de laudas do texto fonte.
- 7.1.11. Para efeito de pagamento, será considerado o número de laudas do texto enviado para tradução, o regime de execução solicitado pela CGCI/DIREX na Ordem de Serviço e o preço estabelecido conforme o regime de execução.
- 7.1.12. Havendo necessidade de cancelamento dos serviços solicitados, a CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA em até metade do prazo previsto para a entrega do serviço estipulado na Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, utilizando-se o mesmo modo de comunicação definido acima.
- 7.1.13. O serviço prestado deverá ser encaminhado, em arquivo digital, com extensão “.doc”, devidamente revisado, sem custo adicional, com a confirmação do recebimento, até às 18 horas do dia estabelecido para a entrega e será submetido a revisão.
- 7.2. A execução dos serviços será iniciada após a publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União, devendo a CONTRATADA aguardar ser demandada para executar a prestação de serviço de tradução, na forma que segue:
- 7.2.1. Trata-se de prestação de serviço profissional especializado continuado, não juramentado, de versão e tradução de textos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, do idioma português para os idiomas espanhol e alemão e dos citados idiomas para o português.
- 7.2.2. As demandas serão formalizadas pela CONTRATANTE via correio eletrônico, através de emissão de Ordem de Serviço, juntamente com o documento a ser traduzido em arquivo PDF, que serão encaminhados através do e-mail traducao.cgci@dpf.gov.br, sendo obrigatória a confirmação da CONTRATADA do recebimento da demanda pelo meio eletrônico, até às 18h.
- 7.2.3. Excepcionalmente, em razão de falhas nas comunicações eletrônicas ou por solicitação da CGCI/DIREX, os serviços poderão ser apresentados em mídia óptica, sempre encaminhados em envelope lacrado, recaindo sobre a CONTRATADA a obrigação de retirada e devolução do serviço, no endereço indicado pela CONTRATANTE.
- 7.2.4. Todos os serviços serão devidos por laudas, considerando-se a lauda, para fins desta contratação, aquela com até 1.000 (um mil) caracteres contados eletronicamente pelo processador de texto Microsoft Word, não se incluindo os espaços.
- 7.2.5. Nos casos em que o trabalho não atinja uma lauda completa, o pagamento será efetuado proporcionalmente ao número de caracteres do serviço realizado.
- 7.2.6. O prazo para atendimento da demanda será de **1 (um) dia útil para tradução de até 15 (quinze) laudas**, devendo os textos traduzidos, conforme a demanda, serem encaminhados em arquivo digital, com extensão “.doc”, devidamente revisado, sem custo adicional, com a confirmação do recebimento, até às 18 horas do dia estabelecido para a entrega.
- 7.2.7. Os serviços serão recebidos por correio eletrônico, no endereço traducao.cgci@dpf.gov.br, por servidor da CGCI/DIREX, previamente designado, que procederá ao recebimento provisório e o encaminhará para conferência e verificação da sua conformidade com as condições estabelecidas no Anexo I deste Termo de Referência e na legislação em vigor.
- 7.2.8. Verificados erros na tradução final, a contratada se obriga a refazer os serviços, mediante revisão do texto traduzido, estipulando-se o prazo para a correção na metade daquele estabelecido na Ordem de Serviço para a execução do serviço, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

- 8.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 8.2. O serviço será prestado de acordo com a solicitação da Ordem de Serviço, obedecendo o prazo contratual para atendimento da demanda com a apresentação dos textos traduzidos de acordo com o disposto no item 5.1.6 do presente Termo de Referência;
- 8.3. Os documentos traduzidos deverão atender critérios de aplicação da norma culta de linguagem adotada em cada idioma;
- 8.4. Por se tratar de contratação de serviço na modalidade de prestação de serviços continuados de versão de tradução livre de textos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, as demandas serão originadas através de Ordens de Serviço, expedidas pelos servidores indicados pela DCJ/CGCI/DIREX/PF e CGCI/DIREX/PF;
- 8.5. A gestão do contrato ocorrerá pelo referido fiscal e gestor do contrato no decorrer do fornecimento dos serviços (tradução), aplicando os limites da Lei 8.666/90, de acordo com os constantes no termo deste instrumento;
- 8.6. Os pagamentos serão efetuados pelo somatório das laudas efetivamente traduzidas e indicadas nas Ordens de Serviço;
- 8.7. Considera-se entre a possibilidade de sanção, glosa decorrente de atrasos da contratada, gerando ônus ou prejuízo à Administração Pública, conforme critérios estabelecidos no item referente às sanções administrativas.

9. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 9.1. Conforme a demanda, as laudas traduzidas serão fornecidas através de arquivo eletrônico no formato do processador de texto Microsoft Word o que não gera custos para a CONTRATADA;
- 9.2. Excepcionalmente a cargo da CGCI/DIREX/PF, poderá haver demanda que as laudas traduzidas deverão ser apresentados em mídia óptica, sempre encaminhados em envelope lacrado, recaindo sobre a CONTRATADA a obrigação de retirada e devolução do serviço, no endereço indicado pela CONTRATANTE.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda tem como base as seguintes características:
- 10.1.1. Prestação de serviço profissional especializado continuado, não juramentado, de versão e tradução de textos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, do idioma português para os idiomas espanhol e alemão e dos citados idiomas para o português..
- 10.1.2. As demandas serão formalizadas pela CONTRATANTE via correio eletrônico, através de emissão de Ordem de Serviço, juntamente com o documento a ser traduzido em arquivo PDF, que serão encaminhados através do e-mail traducao.cgci@dpf.gov.br, sendo obrigatória a confirmação da CONTRATADA do recebimento da demanda pelo meio eletrônico, até as 18h.
- 10.1.3. Excepcionalmente, falhas nas comunicações eletrônicas, ou sendo excepcionalmente solicitado pela CGCI/DIREX, os serviços poderão ser apresentados em mídia óptica, sempre encaminhados em envelope lacrado, recaindo sobre a CONTRATADA a obrigação de retirada e devolução do serviço, no endereço indicado pela CONTRATANTE.
- 10.1.4. Todos os serviços serão devidos por laudas, considerando-se a lauda, para fins desta contratação, aquela com até 1.000 (um mil) caracteres contados eletronicamente pelo processador de texto Microsoft Word, não se incluindo os espaços.
- 10.1.5. Nos casos em que o trabalho não atinja uma lauda completa, o pagamento será efetuado proporcionalmente ao número de caracteres do serviço realizado.
- 10.1.6. O prazo para atendimento da demanda será de 1 (um) dia útil para tradução de até 15 (quize) laudas, devendo os textos traduzidos, conforme a demanda, serem encaminhados em arquivo digital, com extensão “.doc”, devidamente revisado, sem custo adicional, com a confirmação do recebimento, até às 18 horas do dia estabelecido para a entrega.
- 10.1.7. Os serviços serão recebidos por correio eletrônico, no endereço traducao.cgci@dpf.gov.br, por servidor da CGCI/DIREX, previamente designado, que procederá ao recebimento provisório e o encaminhará para conferência e verificação da sua conformidade com as condições estabelecidas no Anexo I deste Termo de Referência e na legislação em vigor.
- 10.1.8. Verificados erros na tradução final, a contratada se obriga a refazer os serviços, mediante revisão do texto traduzido, estipulando-se o prazo para a correção na metade daquele estabelecido na Ordem de Serviço para a execução do serviço, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, sobretudo dos documentos, revisões, versões e traduções, instruindo a sua equipe no cumprimento dos dispositivos a seguir descritos, sempre que tiver acesso a informações da CONTRATANTE:

- 12.18.1. Limitar o acesso das informações confidenciais a que tiver acesso somente aos profissionais que estejam envolvidos na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO;
- 12.18.2. Notificar prontamente a Polícia Federal sobre qualquer divulgação, ou uso não autorizado, destas informações, bem como seguir todos os passos indicados para remediar qualquer divulgação ou uso delas;
- 12.18.3. Não usar, reter, gravar ou reproduzir, em qualquer forma ou meio, essas informações, exceto se autorizada, por escrito, pela Polícia Federal.

12.19. Assinar TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (conforme modelo no Anexo II), para a manutenção de sigilo sobre materiais, dados e informações adquiridos através da prestação de serviços de tradução e versão prestados.

12.19.1. O TERMO DE CONFIDENCIALIDADE deverá ser assinado, pela empresa CONTRATADA, no momento da assinatura do Registro de Preço.

12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará para aferição da qualidade da prestação dos serviços atendimento ao prazo de entrega e a adequação do texto produzido, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

- 16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.3.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.3.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 17.4.1. o prazo de validade;
- 17.4.2. a data da emissão;
- 17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.4.5. o valor a pagar; e
- 17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

- 18.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão do baixo nível de risco para a contratação.

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. **Multa de:**
- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a *15 (quinze)* dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - 20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**
- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 21.3.1. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no Edital da licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, garantindo que os serviços serão realizados pelos profissionais indicados na proposta.
- 21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 21.4.1. Valor Global: R\$ 73.950,00 (setenta e três mil, novecentos e cinquenta reais)
 - 21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 22.2. Tal valor foi obtido a partir de estimativa com base em pesquisa de preços praticados em recentes licitações de similar objeto.

23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 23.1. Os recursos orçamentários constam do documento SEI nº 9584992 - DDO 487/2019.

ANNA FLÁVIA ALVES DE MELO MICHELAN
Delegada de Polícia Federal
Chefe da DCJ/CGCI/DIREX/PF

De acordo com o presente Termo de Referência.

Em ____/____/____

SILVIA AMÉLIA FONSECA DE OLIVEIRA
Delegada de Polícia Federal
Coordenadora-Geral de Cooperação Internacional

Aprovo o presente Termo de Referência, por estar de acordo com os termos do art. 9.º, § 1.º, do Decreto nº 5.450/05.

Em ____/____/____

DISNEY ROSSETI
Delegado de Polícia Federal
Diretor-Executivo

Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização Dezembro/2018



Documento assinado eletronicamente por **ANNA FLAVIA ALVES DE MELO MICHELAN**, **Chefe de Divisão**, em 16/06/2019, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DISNEY ROSSETI**, **Diretor Executivo**, em 17/06/2019, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA AMELIA FONSECA DE OLIVEIRA**, **Coordenador(a)-Geral**, em 17/06/2019, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11380211** e o código CRC **2328C667**.